

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais).

1 Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou “Dimed” e suas controladas (conjuntamente a “Companhia”, sediada em Eldorado do Sul / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, além de 347 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A controladora é uma sociedade anônima listada na BM&F BOVESPA (“PNVL3”, “PNVL4”).

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Dimed. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAP), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto o programa Fidelidade, registrado a valor justo.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são totalmente consolidadas, sendo incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas as empresas Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. e Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.

Das transações realizadas entre as empresas controladas e a controladora, os saldos das contas, as receitas e despesas decorrentes destas transações, bem como os correspondentes lucros, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Dimed.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Ativos financeiros

(i) Classificação

A Dimed classifica seus ativos financeiros como empréstimos, recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Dimed compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e "Demais contas a receber".

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Dimed e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações nas aplicações financeiras são apresentados nas demonstrações do resultado no “resultado financeiro”.

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito no item iv.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo em “Demais contas a receber”.

(iv) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. São adotados os seguintes critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*:

- a. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- b. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- c. A Dimed, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

- d. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- e. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- f. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Inicialmente a Dimed realiza análise para verificar se existe evidência objetiva de *impairment*. Em caso positivo, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração de resultados.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, na sua totalidade, possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante e, por não representar ajustes significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras, não são trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de encargos de cartão de crédito e descontos financeiros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, quando consideradas como necessárias pela Administração.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e seu valor residual. Os

valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para amortizar seus custos, menos seus valores residuais estimados ou seus valores reavaliados, conforme demonstrado na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. A depreciação é reconhecida no resultado.

2.9 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Companhia para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 14.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da Companhia, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 23.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.14 Benefícios a empregados

a. Participação nos lucros

A Companhia remunera seus colaboradores através do programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), no qual são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro líquido. Esta remuneração é reconhecida como um passivo e uma despesa (como vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

b. *Outros benefícios a empregados*

Além da remuneração fixa concedida aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias), são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que ocorreram.

2.15 *Capital social*

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, caso ocorram, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago pela Companhia na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas.

2.16 *Reconhecimento da receita*

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. *Venda de mercadorias*

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seus centros de distribuição são reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

b. *Prestação de serviços*

A Companhia presta serviços de venda de recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes. A receita é reconhecida através do regime de competência.

c. *Programa de fidelidade*

A receita referente ao programa Fidelidade Panvel é diferida com base nas estimativas de resgate históricas dos últimos 12 meses dos pontos em aberto no programa. O valor justo dos pontos emitidos é calculado pelo saldo acumulado da quantidade estimada de pontos a serem resgatados no Programa Fidelidade multiplicado pelo seu valor unitário previsto no regulamento vigente ao final de cada exercício. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram no final do período de um ano subsequente ao da compra.

d. *Ressarcimento com aportes*

São classificados como “Outras receitas operacionais líquidas” os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com

propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Este ressarcimento é reconhecido no momento de seu recebimento, pois não reúnem as condições necessárias quando são realizadas as vendas pela Companhia.

e. Operador logístico

A Companhia também presta serviços de operador logístico, gerenciando e executando todas as atividades logísticas, para atendimento do abastecimento de redes varejistas, quando estas adquirem mercadorias diretamente da indústria farmacêutica.

f. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras da Companhia usualmente derivam de aplicações em que a taxa efetiva de juros está vinculada principalmente à variação do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

2.17 Subvenção e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas à subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado durante os períodos em que as despesas são registradas.

2.18 Arrendamento mercantil

Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Companhia são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 35.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente” no Patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 26. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período conforme previsto no Artigo 24 do Estatuto Social da Dimed. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP

aplicável às Companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

2.20 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **IFRS 15** - "Receita de contratos com clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- **IFRS 9** - "Instrumentos financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a Administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 16 - "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a. Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes.

c. Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 4.1 "a" Análise de sensibilidade.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o quarto trimestre de 2015 e 2014, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		14,25	17,81	21,38
TJLP - %		7,5	9,38	11,25
	Aplicações financeiras - renda fixa	1.102	1.377	1.654
	Financiamentos	8.091	10.119	12.136

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. A Tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para a

administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 11.459 (R\$ 17.263 em 2014) que se espera, gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores	184.890	-	-
Financiamento BNDES Automático	3.390	4.364	543
Financiamento BNDES Finame	1.440	2.165	293
Financiamento BNDES Finem	10.631	15.290	12.334
Arrendamento Mercantil	664	1.300	34
Capital de Giro – Badesul	5.000	7.500	-
Cessão de Crédito – Banco HSBC	1	-	-
Debênture – Banco Bradesco	-	15.260	45.781
Total	206.016	45.879	58.985

	Fluxo de caixa contratual	Controladora		
		Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	210.222	210.222	-	-
Financiamento BNDES Automático	6.987	3.830	3.157	-
Financiamento BNDES Finame	3.208	1.329	893	986
Financiamento BNDES Finem	43.759	8.474	6.688	28.597
Arrendamento Mercantil	1.489	717	772	-
Capital de Giro – Badesul	8.517	5.388	3.129	-
Debênture – Banco Bradesco	96.138	2.615	18.607	74.916
Total	370.320	232.575	33.246	104.499

	Consolidado		
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores	184.292	-	-
Financiamento BNDES Automático	3.390	4.364	543
Financiamento BNDES Finame	1.549	2.340	395
Financiamento BNDES Finem	10.631	15.290	12.334
Arrendamento Mercantil	664	1.300	34
Capital de Giro – Badesul	5.000	7.500	-
Cessão de Crédito – Banco HSBC	1	-	-
Debênture – Banco Bradesco	-	15.260	45.781
Total	205.527	46.054	59.087

	Fluxo de caixa contratual	Consolidado		
		Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	209.763	209.763	-	-
Financiamento BNDES Automático	6.987	3.830	3.157	-
Financiamento BNDES Finame	3.659	1.452	1.049	1.158
Financiamento BNDES Finem	43.759	8.474	6.688	28.597
Arrendamento Mercantil	1.489	717	772	-
Capital de Giro – Badesul	8.517	5.388	3.129	-
Debênture – Banco Bradesco	21.223	2.615	18.607	74.916
Total	295.397	232.239	33.402	104.671

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter sua alavancagem financeira em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 18)	107.492	123.992	107.878	124.378
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(14.229)	(18.879)	(17.002)	(24.766)
Dívida líquida	93.263	105.113	90.876	99.612
Total do patrimônio líquido	344.142	311.302	344.142	311.302
Total do capital	437.405	416.415	435.018	410.914
Índice de alavancagem financeira - %	21,32	25,24	20,89	24,24

5 Instrumentos financeiros por categoria

Segue abaixo tabela de classificação dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos e Recebíveis		Empréstimos e Recebíveis	
	2015	2014	2015	2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	14.229	18.879	17.003	24.766
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	203.830	188.629	208.784	199.975
	218.059	207.508	225.787	224.741

	Controladora		Consolidado	
	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	
	2015	2014	2015	2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	210.222	184.890	209.763	184.292
Empréstimos e financiamentos	107.492	123.992	107.878	124.378
Obrigações por arrendamento mercantil	1.572	1.998	1.572	1.998
	319.286	310.880	319.213	310.668

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2015, era, respectivamente, R\$106.585, e R\$106.941, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$107.492 e R\$107.878.

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	85.923	70.976	85.923	70.976
Grupo 2	66.611	71.483	71.395	82.567
Grupo 3	26.290	26.624	26.290	26.624
Total de contas a receber de clientes	178.824	169.083	183.608	180.167

- **Grupo 1** – créditos a receber de administradoras de cartão de crédito.
- **Grupo 2** – clientes existentes sem inadimplência nos últimos 12 meses.
- **Grupo 3** – clientes existentes com algumas inadimplências nos últimos 12 meses, sendo que as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
Taxa média (a.a. %)	2015	2014	2015	2014
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	2.814	2.815	2.620
Depósitos bancários de curto prazo	-	6.330	6.453	4.883
Aplicações financeiras – renda fixa (*)	9,36	5.085	7.734	17.263
	14.229	18.879	17.002	24.766

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber de clientes	103.162	112.078	107.945	123.162
Contas a receber de cartão crédito	85.923	70.975	85.923	70.975
Menos provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.775)	(768)	(1.775)	(768)
Menos provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(3.216)	(8.222)	(3.226)	(8.265)
Contas a receber de clientes, líquidas	184.094	174.063	188.867	185.104

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	2015	2014
Até 30 dias	105.063	98.685
31 a 60 dias	47.471	43.774
61 a 90 dias	13.411	13.319
91 a 120 dias	6.535	7.175
121 a 150 dias	2.989	3.050
151 a 180 dias	1.689	1.738
Mais de 180 dias	1.666	1.342
	178.824	169.083
Vencidos		
Até 30 dias	4.244	4.302
31 a 90 dias	720	1.753
Acima de 90 dias	5.297	7.915
	10.261	13.970
Provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.775)	(768)
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(3.216)	(8.222)
Total Controladora	184.094	174.063
Contas a receber clientes (Lifar)	1.206	1.203
Contas a receber clientes (Dimesul)	3.578	9.881
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(11)	(43)
Total Consolidado	188.867	185.104

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo do início do exercício	(8.222)	(7.442)	(8.265)	(7.511)
Complemento de provisão	(1.319)	(2.153)	(1.320)	(2.190)
Valores baixados da provisão	6.325	1.373	6.358	1.436
Saldo final do exercício	(3.216)	(8.222)	(3.227)	(8.265)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas de vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Mercadorias para revenda	298.733	265.169	301.309	267.809
Produtos prontos	-	-	2.509	2.582
Matérias primas	-	-	2.046	1.729
Materiais de consumo/almoxxarifado	3.180	1.318	3.209	1.342
(-)Provisão para perdas nos estoques	(1.218)	(1.850)	(1.233)	(1.887)
	300.695	264.637	307.840	271.575

O custo dos estoques reconhecidos no resultado da Dimed totalizou o montante de R\$ 1.532.672 na controladora e R\$ 1.534.454 no Consolidado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.460.250 na controladora e R\$ 1.467.670 no consolidado em 31 de dezembro de 2014), conforme Nota 29.

Provisão para perdas nos estoque:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	(1.850)	(1.968)	(1.887)	(2.124)
Complemento de provisão	(1.368)	(2.968)	(2.447)	(3.057)
Valores baixados da provisão	2.000	3.086	3.101	3.294
Saldo final do exercício	(1.218)	(1.850)	(1.233)	(1.887)

10 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	1.815	3.938	2.651	4.553
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	1.783	2.251	2.040	2.436
	3.598	6.189	4.691	6.989

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Circulante	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.173	4.681	1.270	4.797
Programa de Integração Social - PIS	-	-	8	8
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	61	-	98	36
Imposto de renda retido na fonte sobre lucro líquido - IRRF	191	191	191	191
Outros impostos	-	10	-	10
	1.425	4.882	1.567	5.042
Não Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	2.019	2.425	2.019	2.425
	2.019	2.425	2.019	2.425

12 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

2014									
	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Dividendos recebidos	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	17.178	1.842	15.167	1.676	-	16.843
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	16.609	22.531	20.229	22.531	(26.151)	16.609
						35.396	24.207	(26.151)	33.452
2015									
	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Dividendos recebidos	Total do Investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	16.349	(829)	16.843	(1.223)	-	15.620
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	22.132	5.523	16.609	5.522	-	22.131
						33.452	4.299	-	37.751

13 Imobilizado

a. Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013									
Custo	6.809	26.262	19.855	38.216	23.995	5.135	50.113	24.915	195.300
Depreciação acumulada	(235)	(3.781)	(9.115)	(15.721)	(13.636)	(1.555)	-	(8.557)	(52.600)
Saldo contábil líquido	6.574	22.481	10.740	22.495	10.359	3.580	50.113	16.358	142.700
Em 31 de dezembro de 2014									
Saldo Inicial	6.574	22.481	10.740	22.495	10.359	3.580	50.113	16.358	142.700
Aquisições	1.407	4.538	5.049	9.829	4.922	109	16.281	9.476	51.611
Baixas	(6)	(1.607)	(802)	(2.033)	(138)	(17)	(1.240)	(414)	(6.257)
Depreciações	(628)	(1.004)	(1.363)	(3.112)	(3.197)	(409)	-	(1.755)	(11.468)
Transferências	61.114	136	178	(188)	54	-	(65.154)	3.860	-
Saldo contábil líquido	68.461	24.544	13.802	26.991	12.000	3.263	-	27.525	176.586
Saldo em 31 de dezembro de 2014									
Custo	69.324	26.683	22.418	43.102	26.556	4.995	-	37.558	230.636
Depreciação acumulada	(863)	(2.139)	(8.616)	(16.111)	(14.556)	(1.732)	-	(10.033)	(54.050)
Saldo contábil líquido	68.461	24.544	13.802	26.991	12.000	3.263	-	27.525	176.586

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014								
Custo	69.324	26.683	22.418	43.102	26.556	4.995	37.558	230.636
Depreciação acumulada	(863)	(2.139)	(8.616)	(16.111)	(14.556)	(1.732)	(10.033)	(54.050)
Saldo contábil líquido	68.461	24.544	13.802	26.991	12.000	3.263	27.525	176.586
Em 31 de dezembro de 2015								
Saldo Inicial	68.461	24.544	13.802	26.991	12.000	3.263	27.525	176.586
Aquisições	-	895	3.805	7.838	5.507	186	7.619	25.850
Baixas	(97)	(301)	(139)	(415)	(258)	-	(2.699)	(3.909)
Depreciações	(1.039)	(1.540)	(1.793)	(3.858)	(3.862)	(476)	(2.335)	(14.903)
Transferências	(491)	8	(8)	-	-	-	491	-
Saldo contábil líquido	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624
Saldo em 31 de dezembro de 2015								
Custo	68.712	27.250	25.952	50.229	30.836	5.042	42.850	250.871
Depreciação acumulada	(1.878)	(3.644)	(10.285)	(19.673)	(17.449)	(2.069)	(12.249)	(67.247)
Saldo contábil líquido	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2015	2014
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

b. Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Obras em andamento	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013									
Custo	24.700	28.879	20.297	38.819	24.297	5.244	50.112	27.385	219.733
Depreciação acumulada	(8.674)	(5.211)	(9.375)	(15.940)	(13.828)	(1.615)	-	(10.117)	(64.760)
Saldo contábil líquido	16.026	23.668	10.922	22.879	10.469	3.629	50.112	17.268	154.973
Em 31 de dezembro de 2014									
Saldo Inicial	16.026	23.668	10.922	22.879	10.469	3.629	50.112	17.268	154.973
Aquisições	1.459	5.178	5.062	11.297	4.938	143	16.282	9.477	53.836
Baixas	(3.699)	(1.607)	(802)	(2.047)	(138)	(47)	(1.240)	(414)	(9.994)
Depreciações	(766)	(1.181)	(1.389)	(3.237)	(3.237)	(426)	-	(1.824)	(12.060)
Transferências	61.114	131	178	(183)	54	-	(65.154)	3.860	-
Saldo contábil líquido	74.134	26.189	13.971	28.709	12.086	3.299	-	28.367	186.755
Saldo em 31 de dezembro de 2014									
Custo	79.646	29.934	22.860	45.165	26.865	5.062	-	40.017	249.549
Depreciação acumulada	(5.512)	(3.745)	(8.889)	(16.456)	(14.779)	(1.763)	-	(11.650)	(62.794)
Saldo contábil líquido	74.134	26.189	13.971	28.709	12.086	3.299	-	28.367	186.755

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014								
Custo	79.646	29.934	22.860	45.165	26.865	5.062	40.017	249.549
Depreciação acumulada	(5.512)	(3.745)	(8.889)	(16.456)	(14.779)	(1.763)	(11.650)	(62.794)
Saldo contábil líquido	74.134	26.189	13.971	28.709	12.086	3.299	28.367	186.755
Em 31 de dezembro de 2015								
Saldo Inicial	74.134	26.189	13.971	28.709	12.086	3.299	28.367	186.755
Aquisições	3	1.095	3.807	8.481	5.514	186	7.619	26.705
Baixas	(148)	(311)	(139)	(415)	(258)	-	(2.699)	(3.970)
Depreciações	(1.144)	(1.733)	(1.819)	(4.092)	(3.902)	(490)	(2.403)	(15.583)
Transferências	(491)	8	(8)	-	-	-	491	-
Saldo contábil líquido	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907
Saldo em 31 de dezembro de 2015								
Custo	78.963	30.690	26.396	52.935	31.151	5.109	45.310	270.554
Depreciação acumulada	(6.609)	(5.442)	(10.584)	(20.252)	(17.711)	(2.114)	(13.935)	(76.647)
Saldo contábil líquido	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2015	2014
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

14 Intangível

a. Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Controladora				
Saldo em 31 de dezembro de 2013				
Custo	17.046	8.002	358	25.406
Amortização acumulada	(11.882)	(4.477)	(12)	(16.371)
Saldo contábil líquido	5.164	3.525	346	9.035
Em 31 de dezembro de 2014				
Saldo Inicial	5.164	3.525	346	9.035
Aquisições	22	1.861	3	1.886
Baixas	(113)	(1)	-	(114)
Amortizações	(1.181)	(996)	-	(2.177)
Saldo contábil líquido	3.892	4.389	349	8.630
Saldo em 31 de dezembro de 2014				
Custo	17.025	9.865	361	27.251
Amortização acumulada	(13.133)	(5.475)	(13)	(18.621)
Saldo contábil líquido	3.892	4.390	348	8.630
Controladora				
Saldo em 31 de dezembro de 2014				
Custo	17.025	9.865	361	27.251
Amortização acumulada	(13.133)	(5.475)	(13)	(18.621)
Saldo contábil líquido	3.892	4.390	348	8.630
Em 31 de dezembro de 2015				
Saldo Inicial	3.892	4.390	348	8.630
Aquisições	848	4.416	-	5.264
Baixas	-	(58)	-	(58)
Amortizações	(1.159)	(1.336)	-	(2.495)
Saldo contábil líquido	3.581	7.412	348	11.341
Saldo em 31 de dezembro de 2015				
Custo	17.761	14.008	361	32.130
Amortização acumulada	(14.180)	(6.596)	(13)	(20.789)
Saldo contábil líquido	3.581	7.412	348	11.341

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2015	2014
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

b. Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Consolidado				
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2013				
Custo	17.175	8.071	511	25.757
Amortização acumulada	(12.010)	(4.482)	(151)	(16.643)
Saldo contábil líquido	5.165	3.589	360	9.114
Em 31 de dezembro de 2014				
Saldo Inicial	5.165	3.589	360	9.114
Aquisições	20	1.863	4	1.887
Baixas	(113)	(1)	-	(114)
Amortizações	(1.181)	(1.008)	(7)	(2.196)
Saldo contábil líquido	3.891	4.443	357	8.691
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014				
Custo	17.024	9.935	514	27.473
Amortização acumulada	(13.133)	(5.492)	(157)	(18.782)
Saldo contábil líquido	3.891	4.443	357	8.691
Consolidado	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014				
Custo	17.024	9.935	514	27.473
Amortização acumulada	(13.133)	(5.492)	(157)	(18.782)
Saldo contábil líquido	3.891	4.443	357	8.691
Em 31 de dezembro de 2015				
Saldo Inicial	3.891	4.443	357	8.691
Aquisições	848	4.416	-	5.264
Baixas	-	(58)	-	(58)
Amortizações	(1.158)	(1.349)	(4)	(2.511)
Saldo contábil líquido	3.581	7.452	353	11.386
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015				
Custo	17.761	14.079	514	32.354
Amortização acumulada	(14.180)	(6.627)	(161)	(20.968)
Saldo contábil líquido	3.581	7.452	353	11.386

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2015	2014
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adições temporárias				
Provisão para créditos liquidação duvidosa	-	997	-	997
Provisão para perdas em estoque	1.218	1.850	1.233	1.887
Provisão para indenizações trabalhistas	4.878	5.565	4.917	5.604
Provisão para riscos cíveis	1.606	1.609	1.606	1.609
Provisão tributária	508	671	508	671
Provisão taxa cartão crédito e encargos financeiros	1.775	768	1.775	768
Receita diferida programa Fidelidade	4.657	5.172	4.657	5.172
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Provisão dissídio	200	-	200	-
Total base de cálculo	14.559	16.808	14.614	16.884
Imposto de renda à alíquota 25%	3.640	4.202	3.654	4.221
Contribuição social à alíquota 9%	1.310	1.513	1.315	1.520
Total impostos diferidos ativos	4.950	5.715	4.969	5.741
Exclusões temporárias				
Reversão de provisão para créditos liquidação duvidosa	(459)	-	(458)	-
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	1.147	768	1.147	768
Total base de cálculo	688	768	689	768
Imposto de renda à alíquota 25%	287	192	287	192
Contribuição social à alíquota 9%	103	69	103	69
Total impostos diferidos passivos	390	261	390	261
Total impostos diferidos líquidos	4.560	5.454	4.579	5.480

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos e passivos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

	2015		2014	
	Ativo		Ativo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2017	2.510	2.520	2016	3.002
2018	513	515	2017	613
2019	513	515	2018	613
2020	512	515	2019	613
2021	512	514	2020	613
	4.560	4.579	5.454	5.480

16 Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	59.601	57.378	62.001	61.510
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(20.264)	(19.508)	(21.080)	(20.913)
Participação dos administradores - não dedutíveis	(454)	(435)	(454)	(435)
Outras despesas não dedutíveis	(288)	(1.429)	(708)	(1.429)
Receita com reduções de multa e juros Refis Lei 12.996	-	355	-	355
Resultado de equivalência patrimonial	1.462	8.230	-	-
Juros sobre o capital próprio - benefício	4.759	4.080	4.759	4.080
Incentivos fiscais - Cultura - benefício	180	100	180	100
Incentivos fiscais - PAT - benefício	248	156	248	169
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos	-	408	-	408
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	2.692	8.769
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(2.394)	(3.406)
Incentivos fiscais - inovação tecnológica - benefício	-	-	-	103
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	24	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(14.333)	(8.019)	(16.733)	(12.151)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.439)	(8.327)	(15.832)	(12.418)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(894)	308	(901)	267
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(14.333)	(8.019)	(16.733)	(12.151)

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	208.454	183.853	209.763	184.292
Fornecedores partes relacionadas	1.768	1.037	-	-
Total	210.222	184.890	209.763	184.292

18 Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de Taxas (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
BNDES Automático	TJLP + 2,40% a 4,30%	6.319	8.297	6.319	8.297
BNDES Finame	3,00% a TJLP + 3,40%	2.805	3.898	3.191	4.284
	TJ462 + 3,55% a Selic				
BNDES Finem	+ 4,55%	28.434	38.255	28.434	38.255
Capital de Giro - Badesul	CDI + 2,00%	7.500	12.500	7.500	12.500
Cessão de Crédito – Banco HSBC	12%	-	1	-	1
Debênture – Banco Bradesco	CDI + 1,31%	62.434	61.041	62.434	61.041
		107.492	123.992	107.878	124.378
Circulante		20.104	20.462	20.221	20.571
Não circulante		87.388	103.530	87.657	103.807

Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a:

- BNDES Automático: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados;
- BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco;
- BNDES Finem: aval dos sócios e hipoteca de terreno;
- Debênture – Banco Bradesco: Recebíveis de cartão de crédito.

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados pelo custo amortizado.

A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez.

Tais transações ocorreram através de moeda corrente nacional.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia esta em *Compliance* com todas as cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

19 Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações Sociais				
INSS a recolher	4.872	4.294	4.918	4.406
FGTS a recolher	1.516	1.352	1.545	1.385
Outras obrigações	58	94	58	99
Total	6.446	5.740	6.521	5.890
	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações Fiscais				
IRPJ	-	-	791	547
CSLL	-	-	312	220
PIS	238	225	282	246
COFINS	1.101	1.039	1.307	1.140
IRRF	2.353	2.021	2.388	2.047
ICMS	14.502	13.907	15.633	14.607
Outras obrigações	200	154	371	269
Total	18.394	17.346	21.084	19.076

20 Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Gratificações diretoria	1.808	1.727	1.808	1.727
Participação lucro funcionários	4.057	2.277	4.076	2.474
Total	5.865	4.004	5.884	4.201

21 Programa Fidelidade

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega “Alô Panvel” e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é que cada R\$1,00 (um real) em compras vale 3 (três) pontos, sendo que em 31 de dezembro de 2015 cada ponto corresponde a R\$ 0,004. Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria em todas as compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no ultimo dia do mês.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 4.341 (R\$ 5.172 em 2014) sendo classificado integralmente no curto prazo.

22 Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de aeronave, com prazo de 60 meses e taxa pré fixada de 0,87% a.m., sendo que o bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual.

Em análise realizada pela Companhia este contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrado como ativo imobilizado pelo custo histórico.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

Controladora e Consolidado				
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014				
Arrendamento mercantil	664	1.300	34	1.998
Em 31 de dezembro de 2015				
Arrendamento mercantil	717	772	83	1.572

23 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados.

Abaixo segue quadro das ações que estão provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cíveis	1.607	1.609	1.607	1.609
Trabalhistas	4.879	5.565	4.919	5.604
Tributárias	507	671	507	671
Não circulante	6.993	7.845	7.033	7.884
Depósitos judiciais	6.935	6.017	7.110	6.173

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Cíveis				
Saldo no início do exercício	1.609	1.809	1.609	1.809
Novas provisões	-	862	-	862
Baixa por pagamento	(2)	(577)	(2)	(577)
Reversão	-	(485)	-	(485)
Saldo final	1.607	1.609	1.607	1.609

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas				
Saldo no início do exercício	5.565	4.763	5.604	4.802
Novas provisões	1.242	2.313	1.242	2.313
Baixa por pagamento	(1.894)	(1.511)	(1.893)	(1.511)
Reversão	(34)	-	(34)	-
Saldo final	4.879	5.565	4.919	5.604

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributárias				
Saldo no início do exercício	671	535	671	535
Novas provisões	300	3.485	300	3.485
Baixa por pagamento	(289)	(280)	(289)	(280)
Reversão	(175)	(3.069)	(175)	(3.069)
Saldo final	507	671	507	671

a. Cíveis

A Companhia é parte em 68 ações judiciais de natureza cível, cujo processo mais relevante refere-se a questionamento sobre possíveis diferenças de valores de aluguel de uma locação de imóvel. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía R\$ 1.189 em ações de natureza cível com risco possível.

b. Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possui 526 ações, sendo que estas individualmente não representam valores significativos. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía R\$ 5.318 em ações de natureza trabalhista com risco possível.

c. Tributárias

Parte desta provisão trata-se de dívida ativa da União cujo objeto é compensação de créditos federais através de Perdcomp, que foi homologada parcialmente pela Receita Federal. O restante do pedido de compensação está sendo discutido através de processo judicial que tramita na 3ª Vara Federal de Porto Alegre.

24 Subvenção e assistências governamentais

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, tendo como reconhecimento inicial o valor de R\$ 5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$ 1.000 no ativo imobilizado da companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original.

No ano de 2015 foi reconhecido para o resultado o valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2014) como receita de investimento pelo cumprimento das metas estabelecidas para este ano.

25 Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia participa do programa Competitividade firmado com o Estado do Espírito Santo. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores jurídicos, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas informações contábeis intermediárias.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Dimed, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 295.000 (R\$ 260.000 em 31 de dezembro de 2014) representado por 4.116.052 ações ordinárias e 449.523 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios

consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra “b” do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irresgatáveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2015, no montante de R\$ 35.000, mediante a incorporação da parcela da conta reserva para aumento de capital no valor de R\$ 32.840 e parcela da conta reserva legal no valor de R\$ 2.160.

b. Reserva de lucros

(i) *Reserva para futuro aumento de capital*

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24 clausula “c”. O saldo desta reserva estará sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no mês de abril de 2016.

(ii) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) *Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos*

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2016.

c. Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 6.962 ações ordinárias nominativas (5.812 ações ordinárias nominativas em 2014), adquiridas ao custo médio de R\$ 189,34 (em unidade de reais) por ação (R\$ 184,37 em 2014). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 290,00. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

d. Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária.

De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo – TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	18/08/2015	1.667	0,362038	0,398242	31/08/2015
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	18/08/2015	1.667	0,362038	0,398242	30/09/2015
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	18/08/2015	1.667	0,362038	0,398242	30/10/2015
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	21/12/2015	3.000	0,651668	0,716835	31/03/2016
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	21/12/2015	3.000	0,651668	0,716835	29/04/2016
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	21/12/2015	3.000	0,651668	0,716835	30/05/2016
Total			14.001			

A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 4.760 (R\$ 4.080 em 2014), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O montante líquido dos juros sobre capital próprio pago ao longo do exercício de 2015, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	45.268	49.359
Reserva Legal - 5%	(2.263)	(2.468)
Reserva para incentivos fiscais	-	(1.200)
Base de cálculo dos dividendos	43.005	45.691
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.752	11.423
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	14.001	12.000
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(3.249)	(1.428)
Dividendos propostos	-	851
	10.752	11.423

27 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

2014			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.116.052	449.523	5.565.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(5.812)	-	(5.812)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.110.240	449.523	4.559.763
% de ações em relação ao total	90,14%	9,86%	100%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	44.058.517	5.300.384	49.358.901
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.110.240	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	10,72	11,79	
2015			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.116.052	449.523	4.565.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(6.962)	-	(6.962)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	4.558.613
% de ações em relação ao total	90,14	9,86	100%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	40.405.331	4.862.254	45.267.585
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	9,83	10,82	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

28 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Vendas brutas de produtos e serviços	2.095.363	1.982.225	2.109.176	2.022.457
Impostos sobre vendas	(91.547)	(99.203)	(98.555)	(107.587)
Devoluções e descontos incondicionais	(24.493)	(26.839)	(24.815)	(27.157)
Programa de fidelidade	220	(637)	220	(637)
Receita líquida	1.979.543	1.855.546	1.986.026	1.887.076

29 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo das mercadorias vendidas	1.532.672	1.460.250	1.519.384	1.450.142
Custo dos produtos vendidos	-	-	15.070	13.835
Custo das unidades imobiliárias vendidas	-	-	-	3.693
	1.532.672	1.460.250	1.534.454	1.467.670

30 Despesas e participações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	208.992	192.707	210.010	193.456
Despesas com aluguéis e <i>leasing</i>	68.182	58.649	63.289	53.237
Despesas com fretes	30.447	29.555	30.801	29.996
Despesas com taxas de cartão	24.718	21.542	24.718	21.542
Despesas com publicidade	10.059	12.968	10.370	13.220
Despesas com utilidades e serviços	18.860	15.342	18.881	15.358
Despesas com depreciação e amortização	14.070	11.273	14.106	11.319
Perdas de estoque	5.805	6.855	6.955	7.289
Participação dos empregados nos lucros	4.385	2.171	4.404	2.171
Participação dos administradores	1.618	1.254	1.618	1.254
Despesas com manutenção	3.777	4.689	3.783	4.691
Despesas com consumo	5.333	5.614	5.403	5.700
Despesas de viagens e representações	2.185	1.930	2.186	1.935
Despesas com material de embalagens	6.062	7.391	6.062	7.391
Outras despesas com vendas	6.683	12.253	7.094	12.485
	411.176	384.193	409.680	381.044
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	35.915	31.268	37.844	33.044
Despesas com aluguéis e <i>leasing</i>	224	521	226	526
Despesas com publicidade	14	118	14	118
Despesas com utilidades e serviços	516	810	561	843
Despesas com depreciação e amortização	3.280	2.460	3.437	2.625
Participação dos empregados nos lucros	475	835	496	1.051
Despesas bancárias	1.791	1.550	1.801	1.570
Participação dos administradores	197	482	197	482
Remuneração dos dirigentes	4.020	4.419	4.062	4.461
Despesas com manutenção	1.554	1.576	1.568	1.590
Despesas com consumo	182	259	195	270
Outras despesas administrativas	1.784	2.389	2.032	2.449
	49.952	46.687	52.433	49.029

31 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ressarcimento de custos com aportes(*)	98.965	91.981	98.965	91.981
Receita verbas de campanha	1.600	1.360	1.600	1.360
Receita extraordinária	2.130	1.924	2.143	1.942
Receita com aluguéis de imóveis	84	212	84	212
Vendas de ativo imobilizado	101	447	196	471
Recuperação de créditos	1.451	-	1.481	-
Ressarcimento de diferença de caixa	151	122	151	122
Custo vendas imobilizado	(1.752)	(5.097)	(1.800)	(5.112)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(9.521)	(8.895)	(9.521)	(8.895)
Recuperação de custos	96	312	96	312
Receita com subvenção de investimento	1.200	1.200	1.200	1.200
Ganhos redução multas e encargos Lei nº 12.996	-	3.125	-	3.125
Reversão de provisões constituídas	71	271	71	271
	94.576	86.962	94.666	86.989

(*) São classificados como ressarcimento de custos com aportes os valores recebidos pelos fornecedores pela locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade.

32 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	2.412	2.787	4.102	4.898
Variações monetárias	340	-	528	22
Rendimento aplicações financeiras	1.101	760	1.419	881
Descontos financeiros obtidos	306	381	329	412
Impostos s/ receitas financeiras	(95)	-	(104)	-
	4.064	3.928	6.274	6.213
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	18.307	9.546	18.332	9.561
Juros sobre mútuos	970	1.505	-	-
Juros passivos	356	1.233	370	1.240
Encargos financiamento <i>leasing</i>	230	218	230	218
Descontos concedidos	8.654	8.755	8.864	9.050
Bonificações	249	571	285	646
Variação monetária	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	315	307	317	310
	29.081	22.135	28.398	21.025

33 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas no ano de 2014 e 2015 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores	414	-	1.768	1.037
Partes relacionadas - mútuo	14.434	757	-	-
	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2015	2014	2015	2014
Compra de mercadorias e serviços	-	-	18.426	15.814
Receita com prestação de serviços	5.014	5.625	-	-
Despesas financeiras	827	1.222	143	283

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores de venda de acordo com tabela de preços disponível ao mercado e prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2015	2014
Remuneração fixa	4.020	4.419
Encargos sociais	1.126	1.237
Participação nos resultados	1.814	1.736
Total	6.960	7.392

Estes valores estão apresentados nas rubricas “Despesas com vendas e participações” e “Despesas administrativas e participações”, na demonstração do resultado e detalhados na Nota 30.

34 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui imóveis penhorados, como forma de garantia para processos. A tabela abaixo indica a posição destas garantias em 31 de dezembro de 2015:

Matrícula n°	Descrição do imóvel	Descrição do processo	Valor contábil aquisição (R\$ mil)	Valor contábil depreciação (R\$ mil)	Valor contábil residual (R\$ mil)
8.332	Prédio BR 101- São José – SC	Processo n° 039.96.001736-2/004 de 27/11/2008	3.324	1.031	2.293
57.271	Fração de terras com área de 50.000 m² em Fazenda Flor do Conde - Eldorado do Sul -RS	Hipoteca a favor do Badesul - título numero 794.231 de 26/03/2013	5.026	-	5.026
58.355	Fração de terras com área de 10.000 m² em Fazenda flor do conde - Eldorado do Sul -RS	Ação Ordinária n° 5044087-22.2015.4.04.7100/RS à favor da UNIAO - FAZENDA NACIONAL	2.178	-	2.178
7.026	Edificação - Rua do Comércio, 590 – Centro - Frederico Westphalen	Processo n° 049/1.05.0002079-1 de 25/10/2005	204	118	86
3.911	Edificação - Av. Plínio Brasil Milano, 02 – Higienópolis - POA - RS	Hipoteca a favor do Badesul - título numero 794.231 de 26/03/2013	90	39	51
37.605	Edificação - Av. Otávio Rocha, 48 – Centro - POA - RS	Processo n° 0112100-22.2006.5.04.0010 ação trabalhista à favor de ANJAILA MACHADO de 14/03/2014	72	17	55
37.604	Edificação - Rua 24 de Outubro, 722 - Independência - POA - RS	Hipoteca a favor do Badesul - título numero 794.231 de 26/03/2013	43	22	21

A Dimed possuía em 31 de dezembro de 2015 fianças bancárias em aberto, beneficiando terceiros. Essas fianças têm basicamente dois objetivos:

- a. Compras: alguns fornecedores exigem a emissão de fiança em seu favor como garantia para as compras efetuadas pela Dimed. É um procedimento comum no mercado.
- b. Processos administrativos e judiciais: fianças oferecidas como garantia para processos destas naturezas.

A tabela abaixo contém a abertura das fianças em vigor em 31 de dezembro de 2015:

Nº Contrato	Fiador	Beneficiária	Vencimento	Valor R\$ mil	Finalidade
2.071.903-6	Banco Bradesco S/A	ROCHE (Fornecedor)	14/12/2016	1.800	Compras
2.067.962-P	Banco Bradesco S/A	NOVARTIS (Fornecedor)	04/01/2017	1.960	Compras
2.043.205-5	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	850	Proc. Judicial nº 2009.71.00.035577-6
2.053.951-8	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DE SCA	Indeterminado	435	Proc. Administrativo nº 064.98.006082-0

Total

5.045

35 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2015 a Dimed possuía 345 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais são segregados em duas categorias: fixo e variáveis. Sendo que os contratos variáveis em geral possuem um valor mínimo, cabendo a Dimed a obrigação mensal, neste caso, do pagamento do maior valor entre os dois. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, em 31 de dezembro de 2015 totalizam um montante mínimo de R\$ 400.195, assim distribuídos:

Exercício	Valor Fixo	Valor variável (estimado)
Até um ano	37.590	27.825
Mais de um até cinco anos	160.024	174.756

36 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga, veículos, aeronaves, dentre outras. Segue abaixo o LMI (Limite Máximo de Indenização) das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais
Apólices de Incêndio	R\$ 150.217
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$ 11.100
Apólice de Transporte	R\$ 700 por transporte
Apólice Aeronave	R\$ 6.533

37 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, Órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da companhia estão divididos em Medicamento, Perfumaria e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	Varejo		Atacado		Corporativo		Dimed S/A	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	1.515.165	1.327.948	464.378	527.598	-	-	1.979.543	1.855.546
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.103.193)	(971.085)	(429.479)	(489.165)	-	-	(1.532.672)	(1.460.250)
Lucro bruto	411.972	356.863	34.899	38.433	-	-	446.871	395.296
Despesas com vendas	-	-	-	-	(405.173)	(380.768)	(405.173)	(380.768)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	94.576	86.962	94.576	86.962
Despesas administrativas	-	-	-	-	(49.281)	(45.370)	(49.281)	(45.370)
Resultado em equivalência patrimonial em controladas	-	-	-	-	4.299	24.207	4.299	24.207
Lucro operacional antes do resultado financeiro	411.972	356.863	34.899	38.433	(355.579)	(314.969)	91.292	80.327
Resultado financeiro	-	-	-	-	(25.017)	(18.207)	(25.017)	(18.207)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4.064	3.928	4.064	3.928
Despesas financeiras	-	-	-	-	(29.081)	(22.135)	(29.081)	(22.135)
Lucro operacional antes do imposto de renda, contribuição social e participações	411.972	356.863	34.899	38.433	(380.596)	(333.176)	66.275	62.120
Participações	-	-	-	-	(6.674)	(4.742)	(6.674)	(4.742)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	411.972	356.863	34.899	38.433	(387.270)	(337.918)	59.601	57.378
Corrente	-	-	-	-	(13.439)	(8.327)	(13.439)	(8.327)
Diferido	-	-	-	-	(894)	308	(894)	308
Lucro líquido do exercício	411.972	356.863	34.899	38.433	(401.603)	(345.937)	45.268	49.359